

# Docentes de enfermagem em Portugal: a realidade dos professores em regime de dedicação exclusiva

## *The professional reconfiguration process of academic nursing teachers in Portugal*

Amélia Simões Figueiredo<sup>1\*</sup> e Natércio Afonso<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Católica Portuguesa

<sup>2</sup> Instituto da Educação da Universidade de Lisboa

### Resumo

A reconfiguração do ensino de Enfermagem, nos últimos anos, conduziu a uma nova construção do corpo docente. Compreender o processo de reconfiguração profissional dos docentes de enfermagem nos vários territórios académicos em Portugal é a finalidade da nossa investigação.

O presente artigo tem como objectivo a determinação da população acessível: professores de enfermagem em tempo integral, dedicação exclusiva e a exercer funções em Portugal.

O estudo, conceptualmente enquadrado na Sociologia das Profissões e no processo identitário dos docentes no itinerário educativo, visa conhecer a distribuição docente nos vários territórios académicos. A recolha de dados ocorreu em duas fases e foi conduzida pelo instrumento: "Ficha do Docente".

As conclusões apontam para uma distribuição docente com maior expressão em Escolas não integradas. A categoria profissional mais expressiva é a de Professor Adjunto e o grau académico com maior representação é o de Mestre. Na formação avançada parece estar ausente um plano de formação, mas antes presente uma construção individual.

**Palavras-Chave:** Ensino; Docentes; Enfermagem. ◀◀

### Introdução

A evolução das políticas educativas e da saúde levaram a ganhos sociais com grande repercussão no processo de profissionalização da enfermagem e com distinta expressão no itinerário educativo. Os docentes de enfermagem experimentaram, nesta continuidade, novos processos de socialização e de identidade profissional que resultaram na reconfiguração que se vive na actualidade.

### Abstract

*The reconfiguration of nursing education, in recent years, led to a new constitution of the faculty. Understanding the professional reconfiguration process of Nursing Teachers in the various academic areas in Portugal is the purpose of this investigation.*

*This article aims to determine the accessible population: full time and under an exclusive dedication regime Nursing Teachers in Portugal.*

*The study, conceptually framed in the Sociology of Professions and the Professional Identity of the Teachers in the educational itinerary, aims to know the distribution of teaching faculty in the various academic areas. The data collection occurred in two phases and was conducted by the instrument: "Teacher's file".*

*The results point to a distribution with higher expression in non-integrated establishments. The most expressive professional category is the Deputy Professor and the academic degree with the highest representation is Master. In the advanced training, a training plan seems to be absent, but in its place is found an individual strategy.*

**Keywords:** Teaching; Teachers; Nursing. ◀◀

\* simoesfigueiredo@ics.lisboa.ucp.pt

O presente artigo inscreve-se numa fase preliminar do programa de doutoramento e tem como objectivo a determinação da população acessível: os professores de enfermagem do país em tempo integral e dedicação exclusiva. Para tal, partindo do contributo da Sociologia das Profissões, percorrem-se, de forma breve, numa primeira fase, os contextos de ensino de enfermagem e, numa segunda, descreve-se da mesma forma a evolução da carreira docente desde os anos 50, do século XX, até à actualidade.

O estudo é enquadrado, conceptualmente, na Sociologia das Profissões e no processo identitário dos docentes sendo que, a primeira, constitui uma das dimensões mais importantes da problemática em estudo.

As profissões nascidas e desenvolvidas no paradigma funcionalista são produtoras de identidades várias. Com efeito, a identidade constrói-se e reconstrói-se ao longo do ciclo vital, e o indivíduo não a constrói sozinho, já que esta é um produto das sucessivas socializações (1). Assim, a socialização profissional surge como um conceito auxiliar na compreensão da nossa problemática.

Percorreram-se igualmente, nesta fase preliminar, os pressupostos reais da problemática que se pretende investigar, quais sejam, as teorias que emergem em torno das profissões, a evolução dos contextos de acção docente e o enquadramento legal da profissão de professor.

## 1. O Contributo da Sociologia das Profissões

Ao longo dos tempos têm vindo a emergir, em torno das profissões, várias teorias. A Sociologia das Profissões tem constituído um domínio da investigação no mundo anglo-saxónico, com início nos Estados Unidos nos anos 30 do século XX, e com um rápido desenvolvimento à custa de debates intensos entre os contributos das teorias funcionalista e interaccionista, a par de outras que emergiram e que enriqueceram a crítica a estas correntes de pensamento.

O sociólogo Durkheim (1893), em França, foi o primeiro a abordar a evolução da actividade económica e as formas de regulação social: os grupos profissionais. Em Inglaterra, Carr Saunders e Wilson (1933) construíram um trabalho sobre a história e o significado das profissões inglesas, antes dos trabalhos editados por Parsons (1939) nos Estados Unidos da América (EUA), e no qual se formou

a teoria da estrutura social, na qual as profissões ocupam um lugar eminente (2).

Contudo, apesar desta convergência de pontos de vista, existem diferenças entre as versões funcionalistas. Alicerçadas em modelos e tradições nacionais tão diferentes como a França, a Inglaterra e os EUA, não se apoiam nas mesmas definições do que é profissão.

Para Durkheim, respeitando a tradição francesa, os grupos profissionais englobam todas as actividades económicas e todas as categorias de trabalhadores, desde patrões, assalariados e independentes. Segundo este mesmo autor, não se trata de restaurar as antigas corporações, mas de instaurar associações profissionais de um novo tipo, que reconhecidas, simultaneamente, pelo Estado e pelas famílias dos membros livres associados, constituiriam “novos corpos intermediários” investidos de uma autoridade legal, de modo a assegurar as bases concretas da integração e da regulação sociais (1).

Já de acordo com a tradição inglesa, Carr Saunders e Wilson distinguem profissões de ocupações, do emprego vulgar ao emprego especializado, estes últimos organizados em associações juridicamente reconhecidas.

Segundo Parsons, à boa maneira americana, as profissões assumem um modelo liberal dominante, distinguindo-se enquanto organizações autónomas (2).

Estamos perante três perspectivas diferentes de uma mesma abordagem conceptual – o funcionalismo. Todas estas abordagens se enquadram dentro da teoria funcionalista e integram um conjunto de propostas de base comum, que constituem as principais apostas das profissões. Desta forma, “o desenvolvimento, o reestabelecimento e a organização das profissões estão no cerne do desenvolvimento das sociedades modernas, pois que estas asseguram uma função essencial: a coesão social e moral do sistema social e representam, deste modo, uma alternativa à supremacia do mundo dos negócios, do capitalismo competitivo e da luta de classes” 2 (p. 68).

Os sociólogos conferem às ocupações um plano de profissionalização, isto é, fornecem uma forma de passagem das ocupações a profissões. A forma como as profissões mais antigas e prestigiadas se fizeram emergir como modernas pode trazer contributos para outras profissões.

Por volta dos anos 60, o funcionalismo sofre duras críticas. Em oposição, a corrente interaccionista vem estudar a interacção dos indivíduos e grupos na tentativa de perceber como eles constroem as suas carreiras no tecido social. O poder das profissões

insurge-se, assim, derivado da corrente interaccionista através dos trabalhos de Freidson, o qual se torna uma importante referência, nos Estados Unidos e em Inglaterra (3-7).

A teoria funcionalista valoriza a organização social. Em oposição, a teoria interaccionista, derivada fundamentalmente da perspectiva implementada pelos sociólogos de Chicago, em especial por Everett Hughes (1950-1960) e seus discípulos, valoriza as profissões como forma de realização pessoal, isto é, a actividade profissional deve ser estudada como um processo biográfico ou identitário (2).

Dubar (1), sob inspiração da teoria de Hughes, assume que o trabalho se inscreve numa trajectória de vida, que permite compreender como um ser humano vem a fazer o que faz. Segundo aquele autor, existe um duplo olhar, ou seja, toda a actividade laboral assenta, por um lado e do ponto de vista analítico, num processo de vida significativa e, por outro, nas relações dinâmicas que se estabelecem com os outros. Existe como que um pacto entre quem dá, quem exerce determinada prática creditada com um diploma, e quem recebe serviços de um profissional, legitimado num saber que este último deve manter em segredo. O mesmo autor refere, ainda, organizações destinadas a proteger os profissionais de um público “profano”, passível de agredir os profissionais de várias formas. Por fim, define profissão enquanto carreira e meio de socialização (1).

Desta forma, é reconhecido na teoria interaccionista e aos seus seguidores a ligação entre o universo do trabalho e os mecanismos da socialização profissional, que sustentam vários estudos empíricos, nomeadamente sobre a profissão de enfermagem. A este propósito e segundo Dubar,(1) põe em destaque a carreira de cada indivíduo na trajectória socioprofissional. Na década de 60, com a dispersão dos sociólogos interaccionistas de Chicago, surgem novas abordagens teóricas das profissões, que se vão centrar na estrutura económica e nas relações de poder (2).

Na mesma década, o debate entre a teoria funcionalista e a teoria interaccionista dá lugar a novas abordagens nos Estados Unidos que, sob inspiração Marxista e principalmente Weberiana, consagram maior importância aos mecanismos económicos de controlo de mercado (2).

Estas novas abordagens questionam as justificações morais ou as motivações vocacionais das profissões, tendendo “a considerar as profissões actores colectivos do mundo económico, que conseguem

fechar o seu mercado de trabalho e estabelecer um monopólio de controlo das suas próprias actividades de trabalho” 2 (p. 113).

Ao contrário das perspectivas funcionalistas, as profissões deixam de ser “elementos constitutivos” da estrutura social para, historicamente com a sua acção colectiva, na e pela sua relação com o Estado, atingirem um sistema de justificações que se designe por profissionalismo, o qual é analisado como uma estratégia política e não como uma atitude meramente funcional de configuração relacional (2).

Os teóricos desta nova vaga tentam de alguma forma renovar o cenário da sociologia das profissões.

A obra de Max Weber trouxe para o debate o facto profissional enquanto dinâmica histórica. As profissões, numa primeira fase, são de origem religiosa, isto é, o domínio da actividade religiosa está no centro da vida comunitária. Com a introdução do protestantismo e do capitalismo, as profissões passam a apostar nas oportunidades de determinado mercado.

O conceito de carreira inscreve-se na teoria interaccionista como sinónimo do percurso de uma pessoa ao longo do seu ciclo vital. A dimensão biográfica da carreira deve estar ligada às áreas do emprego (3-7).

Para Menger (8), as profissões constituem um segmento particular, uma elite de trabalho dotada de elevadas competências e de uma forte autonomia para exercer a sua actividade no seio de uma organização. Contudo, a condição de profissão liberal, com estatuto independente, não constitui, por si só, condição necessária para ser assumida como uma profissão em si. O objecto profissão, no qual nos revemos, segundo o mesmo autor (8), é um domínio fecundo da abordagem sociológica e que se apresenta no cruzamento de quatro dimensões: uma análise micro sociológica de actividade produtiva individual que se inscreve num perfil identitário; uma análise estrutural e interaccionista das relações de grupo profissional com os seus pares, com os concorrentes e outras profissões próximas; uma análise socioeconómica das características do trabalho, que dota cada um dos conteúdos funcionais, e também da segmentação profissional, e uma análise institucionalista e sistémica, da constituição da organização do trabalho e da estrutura totalitária social.

Abordadas as principais teorias que sustentam a nossa problemática, afigura-se-nos que é na lógica interaccionista, cuja centralidade reside na carreira docente, que se desenvolve o nosso trabalho de investigação.

## 2. Metodologia

Metodologicamente, trata-se de um estudo descritivo simples, transversal e de natureza predominantemente quantitativa, inserido no paradigma positivista (9-11) e que tem, como objectivo central, determinar a população acessível para uma investigação no âmbito do curso de doutoramento em Educação.

Nesta continuidade, pretende-se identificar a constituição social dos docentes de enfermagem em Portugal e, na mesma sequência, caracterizar os sujeitos da investigação em relação ao género, grau académico, categoria profissional e área científica, bem como conhecer a distribuição docente pelos vários territórios académicos da actualidade.

O estudo integrou uma primeira fase – fase exploratória – onde na recolha de dados, norteada, numa primeira linha, pela ficha docente, se percorreu a informação disponibilizada nos *sites* dos 40 estabelecimentos de ensino, dentro das três tipologias existentes na actualidade. Os *sites* da Direcção Geral do Ensino Superior e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos conduziram, também, esta fase.

Ainda que o ensino de enfermagem se situe ao nível do Ensino Superior Politécnico, como já referido anteriormente, após a reconfiguração das escolas no cenário educativo, podemos encontrar escolas sediadas em Institutos Superiores Politécnicos, em Universidades e, ainda, Escolas não integradas.

A incompletude deste primeiro apuramento, ainda que todos os estabelecimentos de ensino superior público, particular e cooperativo, bem como a Universidade Católica Portuguesa se rejam pelo Decreto-Lei n.º 14/96, de 6 de Março, que introduz a obrigatoriedade da publicação anual da constituição do corpo docente, levou-nos a uma segunda fase. A segunda fase de recolha e/ou validação dos dados, desta vez já organizados em quadros do corpo docente, de cada instituição escolar, em regimes de tempo integral e dedicação exclusiva, constituiu um novo instrumento de recolha decorrente e aglutinador da ficha docente. Este instrumento, em formato de quadro e gravado no *software* Excel, do Microsoft Office, foi enviado por correio no período de 8 a 11 de Junho, acompanhado de um pedido formal para as direcções de todas as instituições escolares. Com todos os interlocutores, aquando da recepção dos quadros, foi possível, por *e-mail* ou telefone, esclarecer dúvidas pontuais.

Para aumentar a taxa de retorno e de validação dos dados, como estratégia, foram contactados docentes

de referência, em cada escola, no sentido de agilizar o processo no final do primeiro e do segundo mês de envio, tendo-se obtido uma taxa de retorno de 60,0%. Em todos os quadros foram registadas as datas de validação dos mesmos (Agosto 2010), à excepção de 15 estabelecimentos de ensino, em que, por não se ter obtido resposta, se procedeu à legitimação dos dados, tendo por referência as listas de pessoal docente publicadas na Internet pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que se reportam a 31 de Dezembro de 2009. Esta constituiu-se como uma terceira e última fase de validação de dados (12,13).

O instrumento ficha docente, individualmente ou em formato de quadro, agrupando a informação de cada instituição escolar, permitiu apurar o número de docentes, o género, a categoria profissional, o grau académico, a área científica e/ou o departamento, se aplicável.

Para o tratamento estatístico dos dados, foi constituída uma base de dados, no *software* Excel do Microsoft Office, e foram obtidas as frequências absolutas e relativas.

## 3. Os Contextos do Ensino de Enfermagem

O ensino da enfermagem, em Portugal, sob a alçada das administrações hospitalares, remonta aos últimos anos do século XIX. A necessidade de formar enfermeiros, sentida sobretudo pela classe médica, dura aproximadamente cinquenta anos circunscrita à instituição hospitalar.

Na década de quarenta, do século passado, o Estado chama a si a regulamentação do ensino de enfermagem, centralizando o controlo e a orientação do mesmo (14). Os enfermeiros formam-se confinados ao interior do hospital, sempre sob a tutela dos médicos e as escolas integravam a dinâmica hospitalar, seguindo o modelo de formação definido por quem as dirigia.

Em 1947, abrem-se novas escolas e é elevada a escolaridade básica para o Curso Geral de Enfermagem. Entretanto, o Decreto-Lei n.º 36219, de 10 de Abril de 1947, proporcionou a reorganização das escolas vigentes (15). Digamos que este normativo instituiu formalmente uma realidade que já existia, isto é, formalizava a prática da enfermagem.

O universo de escolas de enfermagem, que se foram constituindo no país, apresentavam percursos e dependências ministeriais díspares. A maioria das escolas públicas dependia do Ministério do Interior, à excepção da Escola Técnica de Enfermagem, que

dependia do Ministério da Educação. Outras, como a Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa, a Escola de Enfermagem Franciscanas Missionárias de Maria, ou a Escola de Enfermagem de S. Vicente de Paulo, tinham dupla tutela, dependendo do Ministério da Defesa e do Interior (15), aspecto que nos parece ter constituído um entrave, ao longo dos anos, à integração do ensino de enfermagem no sistema educativo nacional e, conseqüentemente, à evolução da profissão.

Em 1973, inicia-se o processo de democratização do ensino Superior em Portugal, pela mão de Veiga Simão e, neste mesmo ano, são inauguradas novas escolas de enfermagem em quase todas as capitais de distrito, com excepção de Aveiro e Setúbal (15).

Até 1974 não existia uma política uniforme na formação dos enfermeiros. A criação do Departamento de Ensino de Enfermagem foi um marco importante na evolução do ensino de enfermagem (1976), pois começou a delinear-se a necessidade de alguma uniformidade no ensino. A partir de 1976, a procura do ensino de enfermagem aumenta e é reconhecido um bom nível a esse ensino, apesar de permanecer fora do sistema educativo nacional.

Após a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo Nacional (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro), em 1986, o Ensino Superior compreende o Ensino Universitário e o Ensino Politécnico.

Em 1988, o ensino de enfermagem é integrado no Sistema Educativo Nacional, a nível do Ensino Superior Politécnico, com o Decreto-Lei n.º 480/88, de 23 de Dezembro. O curso superior de enfermagem mantém a duração de três anos, confere o grau de bacharelato e o título de enfermeiro. O ensino de enfermagem fica sob a tutela dos Ministérios da Saúde e da Educação e a cada escola superior de enfermagem é conferida autonomia para elaborar o seu próprio currículo.

Só em 1999, com a publicação da Portaria n.º 799-D/99, de 18 de Setembro, foi aprovado o regulamento geral do Curso de Licenciatura em Enfermagem, tendo este curso passado a ter a duração de quatro anos.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/98, de 4 de Dezembro viria a integrar, nos seus objectivos, a transição de todas as escolas para o Ministério da Educação, a reorganização da rede, com integração das mesmas em unidades mais amplas como os Institutos Politécnicos, Institutos Politécnicos de Saúde ou Universidades, a criação da Escola Superior de Saúde e, por fim, a criação de novas escolas de saúde em Aveiro e Setúbal.

No mesmo ano, com o Decreto-Lei n.º 353/99, de 3 de Setembro, fixam-se as regras gerais a que está subordinado o ensino de enfermagem no âmbito do Ensino Superior Politécnico.

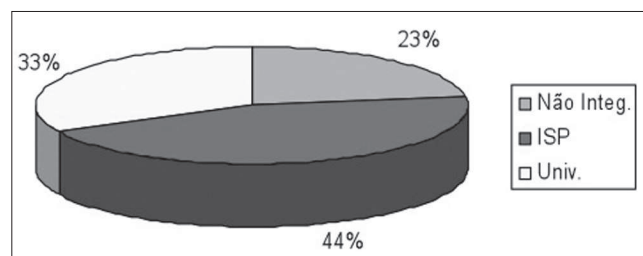
Em síntese, até à regulação do ensino de enfermagem pelo Estado em 1942, o contexto de aprendizagem foi marcadamente o hospital ou outros espaços para o efeito dentro do território hospitalar. Ainda durante a Era hospitalocêntrica (16), surgem outros contextos sociais fora da esfera hospitalar, sobretudo através das escolas particulares e de filosofia cristã à margem do sistema educativo nacional.

### 3.1 A actualidade: análise e discussão dos dados

Decorrente da integração do ensino de enfermagem no sistema educativo nacional e da reconfiguração da rede de escolas, os contextos da acção educativa, em enfermagem, são os Institutos Politécnicos, as Universidades e as Escolas não integradas.

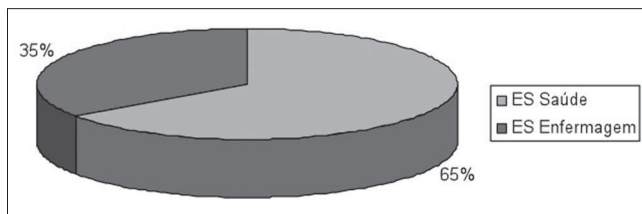
A distribuição geral da oferta do ensino de enfermagem público e privado, pelos vários contextos de ensino de enfermagem em Portugal, na actualidade, situa-se maioritariamente, nos Institutos Superiores Politécnicos (ISP), com 18 estabelecimentos (44%), com 13 estabelecimentos (33%) em contexto Universitário (Univ) e, por fim, com 9 estabelecimentos (23%) constituindo Escolas não integradas (Não Integ), como se verifica no Gráfico n.º 1.

Gráfico 1 – Distribuição Estabelecimentos de Ensino Público e Privado de Enfermagem no País segundo o contexto (N=40)



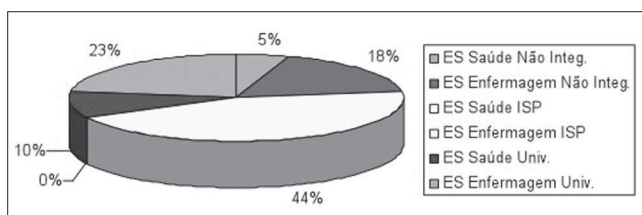
Segundo o Gráfico n.º 2, dentro da totalidade dos estabelecimentos de ensino atrás descritos, 26 instituições (65%) assumem a nomenclatura de Escola Superior de Saúde, tal como preconizado pelo Decreto-Lei n.º 353/99, de 3 de Setembro, que fixa as regras gerais a que está subordinado o ensino de enfermagem, no âmbito do ensino superior politécnico e, no que se refere à rede de escolas públicas, que cria a figura de Escola Superior de Saúde (ES Saúde), enquanto 14 (35%) mantêm a nomenclatura clássica de Escola Superior de Enfermagem.

Gráfico 2 – Distribuição Estabelecimentos de Ensino de Enfermagem segundo nomenclatura (N=40)



Numa análise mais detalhada sobre esta constatação, podemos apurar pelo Gráfico n.º 3 que a nomenclatura de Escola Superior de Enfermagem (ES Enfermagem) toma maior expressão no contexto universitário em 9 (23%) dos estabelecimentos de Ensino, e em territórios não integrados em 7 (18%) estabelecimentos, não existindo aquela designação nos Institutos Superiores Politécnicos. Refira-se, a este propósito, o que Amendoeira (17-19) preconiza relativamente à figura da Escola Superior de Saúde em que, “numa perspectiva anunciada de «rentabilização» de recursos e de aproximação das formações em saúde, embora de forma redutora, porque «apenas» aproxima área das tecnologias da saúde com a enfermagem (...) pode construir-se como um constrangimento ao desenvolvimento das ciências da Saúde, no geral e das Ciências da Enfermagem em particular” 17 (p. 79) .

Gráfico 3 – Distribuição Estabelecimentos de Ensino pelos contextos segundo nomenclatura (N=40)



#### 4. A Docência de Enfermagem em Portugal

O ensino de enfermagem surgiu de forma organizada, em Portugal, no final do século XIX, tendo apenas sido regulado após 1947 e desenvolvido sobre a tutela do Ministério da Saúde até 1988 (20).

Durante aproximadamente quarenta anos são, no entanto, os médicos os únicos professores de Enfermagem, decidindo o que um enfermeiro deve saber (14). A enfermagem, em Portugal e na década de 50, enquanto síntese de ciência, arte e profissão manifestava já uma procura de identidade e de espaço autónomo de intervenção nos múltiplos contextos de acção (15).

Nesta mesma década, os professores de enfermagem eram essencialmente médicos. Aos enfermeiros do ensino, era-lhes atribuído o estatuto de “monitor”. Este vocábulo, mais ligado à vertente instrumental e prática de enfermagem, perdurou até ao início da década de 90, do século XX (17-19).

No final da década de 60, do referido século, com o Decreto-Lei n.º 48166 (Carreira de 1967), estrutura-se a carreira de enfermagem hospitalar, de Saúde Pública e do Ensino. Nela se reconhece, pela primeira vez, que os professores de enfermagem eram genuinamente enfermeiros, de formação inicial e continuada. Este normativo, na sequência do disposto na base XXV da Lei n.º 2120, estrutura assim, entre outras, a carreira do ensino. Como condição, é exigido para todos os lugares do ensino o 2.º ciclo dos Liceus, prevendo-se, no mesmo documento, para mais tarde, o 3.º ciclo e, a partir da categoria de Monitor, o Curso de Enfermagem Complementar. No seu Artigo 2.º, alínea c), estão previstas, para a carreira do ensino, as seguintes categorias: Director de Escola, Monitor Chefe, Enfermeiro Professor, Monitor e auxiliar de Monitor.

Já o Artigo 5.º, do mesmo Decreto-Lei, refere que os auxiliares de monitores são seleccionados de entre os enfermeiros habilitados com o 3.º ciclo dos Liceus e que tenham, no mínimo, um ano de exercício profissional. Os Monitores, por sua vez, são destacados, por concurso de provas, de entre os auxiliares de Monitor, com pelo menos dois anos na categoria e habilitados com o Curso de Enfermagem Complementar – Secção de Ensino. Os Enfermeiros Professores e Monitores Chefes são recrutados, também por concurso de provas, de entre os Monitores com pelo menos 3 anos de exercício de funções na categoria. Por fim, os Directores de Escola são seleccionados de entre os Enfermeiros Professores e Monitores Chefes, desde que aprovados em concurso nacional de habilitação.

A Escola de Ensino e Administração em Enfermagem (EEAE), criada em 1967, foi determinante para a formação especializada dos professores, ainda que estes se continuassem a denominar monitores.

O desenvolvimento da rede de Escolas pelas capitais de Distrito, na década de 70, levou a uma maior mobilidade e crescimento do corpo docente que, à medida que ia adquirindo formação, integrava novas Escolas pelo país.

Nos anos 80, com a publicação do Decreto-Lei n.º 305/81, esboçam-se, pela primeira vez e no registo normativo, os conteúdos funcionais das categorias de docentes, que se aplicam a três áreas de actuação: a

prestação de cuidados, a administração e a docência, ainda que a carreira de enfermagem continue única. Nesta continuidade, os docentes integram-na com as categorias de Enfermeiro Professor, Enfermeiro Assistente e Enfermeiro Monitor.

A carreira criada em 1967, que sofrera adaptações decorrentes da reforma de 1971, foi profundamente alterada em 1981 e comportou, ainda, posteriormente, alterações marcantes em 1985. O Decreto-Lei n.º 178/85, de 23 de Maio, que aprova a revisão da carreira de enfermagem, prevê que o diploma se aplique às três áreas de actuação com base nos estudos à data em curso e uma carreira própria para a docência de enfermagem, com vista à integração do ensino de enfermagem no sistema educativo nacional. Refira-se que, no seguimento deste diploma, a carreira se desenvolve em cinco graus aos quais correspondem diferentes categorias, das quais destacamos, na sequência do nosso objecto de estudo, as funções do Enfermeiro monitor, do Enfermeiro Assistente e do Enfermeiro Professor.

Com o Decreto-Lei n.º 480/88, de 23 de Dezembro, procedeu-se à integração do Ensino de Enfermagem no Sistema Educativo Nacional a nível do Ensino Superior Politécnico. Afirmou-se, assim, a necessidade de se aplicar as regras do Estatuto da carreira do pessoal docente do Ensino Politécnico, tendo-se estabelecido no Decreto-Lei n.º 166/92, de 5 de Agosto, os mecanismos de transição. Neste normativo, tal como se pode ler no seu artigo 8.º, os enfermeiros da área da docência transitam para as categorias da carreira do pessoal docente do Ensino Superior Politécnico nos seguintes desígnios: “Transitam para a categoria de assistente do 1.º ou 2.º triénio os enfermeiros-monitores que possuam licenciatura adequada, ou equivalente, e que contem, respectivamente, até três anos ou mais de três anos na categoria [...]; Transitam para a categoria de professor-adjunto os enfermeiros assistentes que possuam licenciatura adequada, ou equivalente, com pelo menos três anos na categoria [...]; Transitam para a categoria de professor-coordenador os enfermeiros-professores que possuam licenciatura adequada, ou equivalente, com pelo menos três anos na categoria e os assessores técnicos de enfermagem da área de ensino que, em alternativa [...].”

A Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, que estabelece o regime jurídico das Instituições de ensino Superior, prevê no seu artigo 49.º os requisitos que o corpo docente das instituições de Ensino Politécnico deve satisfazer. Assim, de entre outros desígnios, a actividade docente e de investigação é sobejamente

reforçada na detenção de título de especialista e/ou de doutor em regime de tempo integral, num valor percentual mínimo de 15%.

No que concerne ao regime de prestação de serviços, e segundo o disposto no Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, que aprova o estatuto da carreira do pessoal docente do Ensino Superior Politécnico, entende-se por regime de tempo integral o que corresponde a um máximo de doze horas de aulas semanais e um mínimo de seis, ainda que, segundo o mesmo normativo, o pessoal docente de carreira exerça as suas funções, em regra, em regime de dedicação exclusiva. Este último regime de prestação de serviços, dedicação exclusiva, implica a renúncia ao exercício de qualquer função ou actividade remunerada, pública ou privada, incluindo o exercício de profissão liberal.

Ainda de acordo com o Decreto-Lei n.º 166/92, de 5 de Agosto, criados os mecanismos de adaptação, deslocação e, finalmente, regras excepcionais de transição e integração no Ensino Superior Politécnico, determina-se que, quanto aos demais docentes e doravante, aplicar-se-á o regime do estatuto da carreira do pessoal docente do ensino politécnico (Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho).

A alteração do Decreto-Lei n.º 185/81 pelo Decreto-Lei n.º 207/2009 determinou a eliminação da figura do Assistente. Na versão anterior à alteração do Decreto-Lei n.º 185/81, pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, previa-se no n.º 1 do artigo 3.º que:

“Ao assistente compete coadjuvar os professores no âmbito da actividade pedagógica, científica e técnica da disciplina ou área científica em que presta serviço, devendo ser-lhe cometida a leccionação de aulas práticas ou teórico-práticas, a orientação de trabalhos de laboratório ou de campo e colaborar na realização de actividades de investigação e desenvolvimento experimental, segundo as linhas gerais prévia e superiormente definidas no âmbito da referida área científica.”

Importa referir ainda que, segundo o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 207/2009, que se reporta ao regime de transição dos Assistentes, a categoria subsiste enquanto existirem trabalhadores que para ela tenham transitado, continuando a considerar-se os seus titulares integrados na carreira.

Neste enquadramento legal, compete ao Professor Adjunto colaborar com os professores coordenadores no âmbito de uma disciplina ou área científica e ainda: “a) Reger e leccionar aulas teóricas, teórico-práticas e práticas; b) Orientar, dirigir e acompanhar estágios, seminários e trabalhos de laboratório ou

de campo; c) Dirigir, desenvolver e realizar actividades de investigação científica e desenvolvimento experimental, segundo as linhas gerais prévia e superiormente definidas no âmbito da respectiva disciplina ou área científica; d) Cooperar com os restantes professores da disciplina ou área científica na coordenação prévia da alínea d) no número seguinte.”

Ao Professor Coordenador compete a coordenação pedagógica, científica e técnica das actividades docentes e de investigação compreendidas no âmbito de uma disciplina ou área científica e designadamente: “a) Reger e leccionar aulas teóricas, teórico-práticas e práticas; b) Orientar estágios e dirigir seminários e trabalhos de laboratório ou de campo; c) Supervisionar as actividades pedagógicas, científicas e técnicas dos professores adjunto da respectiva disciplina ou área científica; d) Participar com os restantes professores coordenadores da sua área científica na coordenação dos programas, metodologias de ensino e linhas gerais de investigação respeitantes às disciplinas dessa área; e) Dirigir, desenvolver e realizar actividades de investigação científica e desenvolvimento experimental no âmbito da respectiva disciplina ou área científica.”

No presente, e dada a dispersão, do ensino superior politécnico público ou privado, pelos vários territórios académicos decorrentes da reconfiguração das escolas iniciada em 2003, assiste-se a um debate entre o Ensino de enfermagem ao nível do ensino superior politécnico ou universitário. Para Amendoeira, “toda a formação em saúde faz-se historicamente na universidade, excepto a enfermagem e as tecnologias da saúde, o que torna interessante o debate [...]” 18 ( p. 237) a vários níveis.

O Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, sublinha no ponto 1.º do seu preâmbulo a importância da mesma por se tratar de uma carreira que maior cuidado e estímulo necessitam, no sentido de que os seus “quadros continuem a ser preenchidos por quantos demonstrem a mais alta capacidade pedagógica e científica e que a qualidade dos docentes do ensino superior é factor que afecta profundamente, e não só, todos os outros níveis do ensino, mas o próprio desenvolvimento cultural e socioeconómico do País”.

As categorias expressas neste diploma são: Professor catedrático; Professor associado e Professor auxiliar. Aos docentes de carreira universitária é obrigatória a adopção do regime de tempo integral. Neste estatuto, podem ainda, às duas categorias

superiores, corresponder dois níveis distintos: a agregação e o doutoramento.

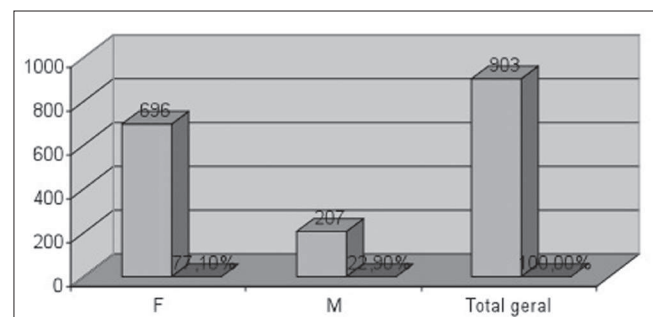
Em síntese: até à década de 50, do século passado, são os médicos que maioritariamente assumem a responsabilidade do ensino de enfermagem. Na década de 60, desse mesmo século, pela primeira vez, é reconhecido que os professores de enfermagem são genuinamente enfermeiros de formação inicial e continuada. Ainda no século XX, na década de 80, com uma nova carreira de enfermagem, antecipa-se a necessidade de criar uma carreira única para a docência e criam-se os mecanismos de transição para a carreira do ensino superior politécnico. No presente, ainda que o ensino de enfermagem mantenha a natureza politécnica, é cada vez mais pertinente o debate entre o politécnico e o universitário.

#### 4.1 A actualidade: análise e discussão dos dados

Em Portugal a realidade dos professores em regime de dedicação exclusiva e/ou tempo integral é constituída por um total de 903 (100%) docentes de Enfermagem no ensino superior politécnico público e privado.

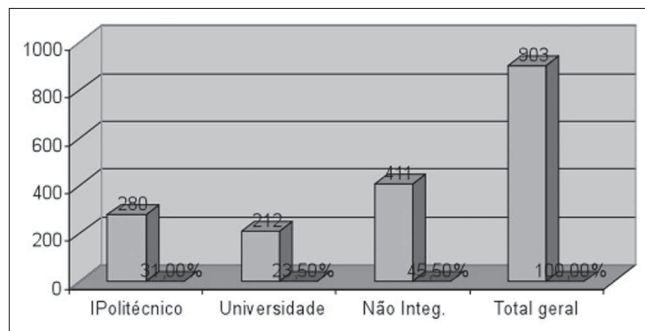
À semelhança de outras áreas profissionais, a representação maciça do género feminino continua marcante com 696 (77,1%) docentes, enquanto o género masculino apresenta 207 (22,9%) docentes, tal como se pode ler no Gráfico n.º 4.

Gráfico 4 – Distribuição dos Docentes segundo o Género



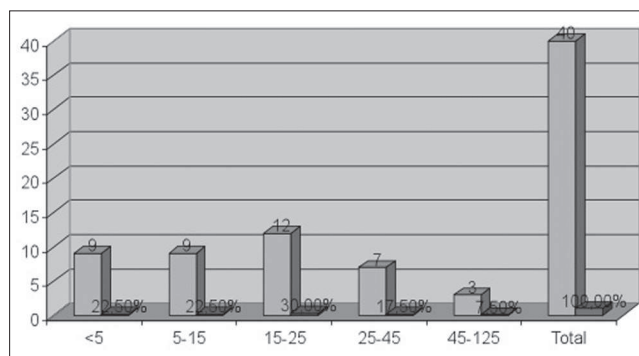
Na observação do Gráfico n.º 5, que se refere à distribuição docente, pelas três tipologias de estabelecimentos de ensino existentes, podemos verificar que o número de docentes é mais expressivo nas Escolas Superiores de Enfermagem não integradas com 411 (45,5%) docentes, ainda que estas escolas representem 9 (23%) do universo dos estabelecimentos de ensino, como já se constatou no Gráfico n.º 1, seguido de 280 (31,0%) docentes em contextos de Instituto Superior Politécnico e 212 (23,5%) docentes em Universidades.

Gráfico 5 – Distribuição dos Docentes pela Tipologia dos Estabelecimentos de Ensino



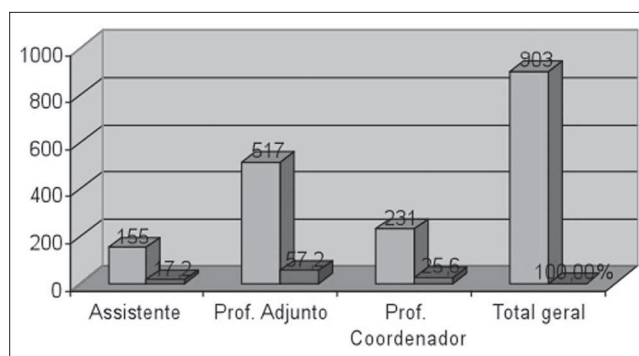
Através da análise do Gráfico n.º 6, e no que diz respeito à distribuição docente pelos vários estabelecimentos de ensino ( $n=40$ ), é notória uma distribuição muito assimétrica. Nesta continuidade, existem 9 (22,5%) escolas com um número de docentes em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva inferior ou igual a 5 docentes e outras 9 (22,5%) com um valor entre 5 e 15 docentes. Entre 15 e 25 docentes, reside o valor mais expressivo com 12 (30,0%) estabelecimentos de ensino. Existem ainda 7 (17,5%) com um número de docentes entre 25 e 45. Finalmente, apenas 3 (7,5%) estabelecimentos de ensino surgem com um número de docentes que varia entre os 45 e os 125. Esta disparidade encontrada, ainda que careça de um estudo mais aprofundado, a realizar no âmbito do nosso programa de doutoramento, pode encontrar explicação nalguns aspectos tais como: muitas escolas trabalham mais sustentadas por professores contratados a tempo parcial; o número mais elevado de docentes por estabelecimento de ensino pode resultar ainda da fusão de escolas aquando da reorganização da rede escolar nacional e a procura do ensino de enfermagem, por região, pode direccionar a oferta de cada estabelecimento de ensino. Clarifica-se ainda esta ideia com as palavras de Mestrinho 21 (p. 193), a qual refere que “No contexto actual, a mudança que está a ser desenhada com os processos de fusão das escolas de enfermagem nacionais tem como objectivos rentabilizar recursos humanos e materiais, requerendo trabalho e diálogo entre professores de enfermagem e parceiros no processo formativo designadamente, sobre: modelos e estratégias de formação, estrutura da disciplina de enfermagem, desenvolvimento curricular e novos projectos de trabalho conjunto.”

Gráfico 6 – Distribuição das classes de Docentes por Estabelecimentos de Ensino



No que concerne à Categoria Profissional e tendo como referência o Decreto-Lei n.º 207/2009 e o Gráfico n.º 7, o corpo docente do país é constituído maioritariamente por Professores Adjuntos com 517 (57,2%), seguido de 231 (25,6%) Professores Coordenadores e, por último, 155 (17,2%) Assistentes. Refira-se que considerámos na categoria de Professor Coordenador 3 professores Auxiliares e, na categoria de Assistente, 2 Assistentes Estagiários que integram a carreira docente universitária. Numa visão futurista, concordamos com Mestrinho (21) no que diz respeito às alterações das funções tradicionais dos docentes, ligadas aos ensinos clínicos, que deverão ser equacionadas aquando da integração do ensino de enfermagem na Universidade.

Gráfico 7 – Distribuição dos Docentes pela Categoria Profissional

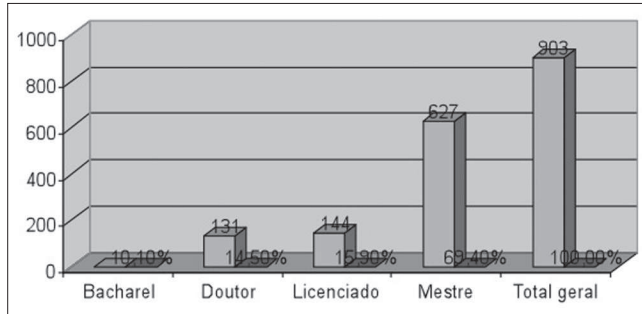


Segundo Oliveira (22), a formação tem merecido interesse, por parte dos professores, face à mudança de paradigma dessa formação não só como contributo para a melhoria do ensino de enfermagem, como em resposta aos actuais desafios da sociedade.

O grau académico, com maior representação, como se observa no Gráfico n.º 8, é o grau de Mestre com 627 (69,4%), seguido do grau académico de Doutor com 131 (14,4%). O número de Licenciados

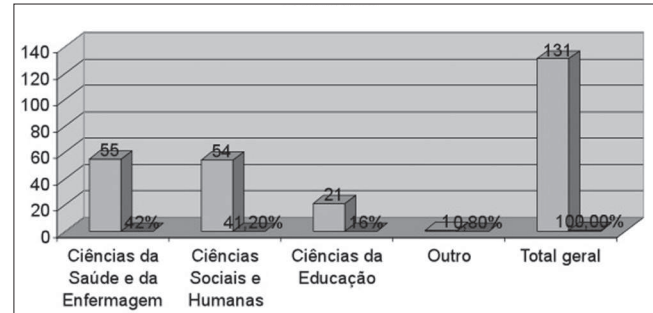
em Ciências de Enfermagem é de 144 (15,9%). Existe ainda um docente com o grau académico de Bacharel. Refira-se que considerámos apenas os graus académicos já adquiridos. Foi possível ainda constatar, através da informação adicional de alguns estabelecimentos de ensino que, na actualidade, existe um elevado número de docentes em programa de Doutoramento, ainda que tal não constituísse, no momento, objecto deste estudo. Como refere Mestrinho 21 (p. 192), “Na verdade, após a integração do ensino de enfermagem no ensino superior seguiu-se um período conturbado [...] onde os professores de enfermagem tiveram de assumir novos cargos e investir na sua formação a nível de mestrados. Actualmente, a dimensão da sua formação ao nível de doutoramentos continua a ser uma prioridade na vida das escolas.”

Gráfico 8 – Distribuição dos Docentes segundo o Grau Académico



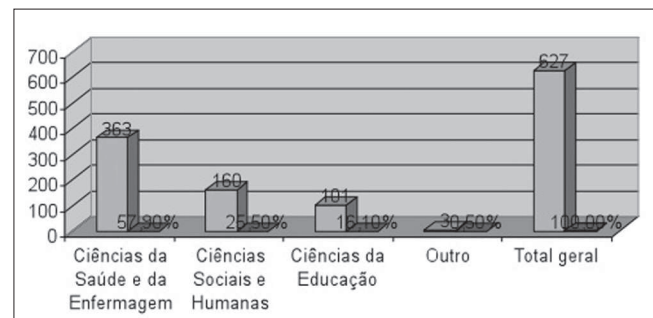
Oliveira, numa investigação levada a cabo no âmbito do doutoramento sobre “O desafio à formação de Professores”, (22) revelava a inexistência de um plano de formação dos docentes como um dos constrangimentos mais relevantes. O Gráfico n.º 9 resulta do cruzamento do grau académico dos docentes com a área científica do curso conferente de grau de doutor. Para compreender a estratégia de formação avançada, obtivemos marcadamente três categorias principais. Duas primeiras com resultados muito semelhantes, as Ciências da Saúde e da Enfermagem com 55 (42%) Doutores, seguida das Ciências Sociais e Humanas com 54 (41,2%) Doutores e, por fim, as Ciências da Educação com 21 (16,0%) Doutores, de um total parcelar de 131 (100,0%).

Gráfico 9 – Distribuição dos docentes doutorados por Área Científica



No que diz respeito à aquisição do grau académico de mestre, e de um total parcelar de 627 (100%) Mestres, as Ciências da Saúde e da Enfermagem respeitam a preferência com 363 (57,0%) mestres, seguidas das Ciências Sociais e Humanas com 160 mestres (25,5%) e, por fim, as Ciências da Educação com 101 (16,1%) mestres.

Gráfico 10 – Distribuição dos docentes mestres por Área Científica



Importa referir que, só em 1991 a Universidade Católica Portuguesa abre o primeiro Curso de Mestrado em Enfermagem e, em 2001, o Instituto Abel Salazar, no Porto, o primeiro Curso de Doutoramento em Enfermagem. Na realidade, os enfermeiros já davam continuidade à formação avançada noutras áreas do conhecimento, como se pode constatar pela diversidade que os dados revelam. A este propósito, a antiga Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, da Universidade de Lisboa, foi uma das primeiras instituições universitárias a abrir as portas aos enfermeiros no acesso a Cursos de Mestrado e Doutoramento. Parece continuar inexistente uma política formativa para os docentes de enfermagem, pelo que sobressaem trajectos individuais de formação (17-19). Corroboramos com Oliveira (22) quando nos sugere que se dê mais atenção à formação dos docentes e se definam, não só critérios de formação coerentes, como planos que conduzam ao estabelecimento de uma política educativa até agora inexistente para os professores de enfermagem.

## 5. Conclusões

A oferta do ensino de enfermagem público e privado, pelos vários contextos, situa-se nos Institutos Superiores Politécnicos com 18 escolas (44%), com 13 (33%) em contexto Universitário e, por fim, com 9 (23%) correspondendo a escolas não integradas.

Assumem a nomenclatura de Escola Superior de Saúde 26 (65%) daqueles estabelecimentos de ensino, enquanto 14 (35%) mantêm a nomenclatura clássica de Escola Superior de Enfermagem. Este último valor decompõe-se em 9 (23%) estabelecimentos de ensino em contexto universitário e 7 (18%) em territórios não integrados.

Existe um total de 903 (100%) docentes de enfermagem em regime de tempo integral e/ou dedicação exclusiva, no ensino superior politécnico público e privado do país.

No género a representação maciça do sexo feminino continua marcante com 696 (77,1%) docentes, enquanto o género masculino apresenta 207 (22,9%) docentes.

O número de docentes é mais expressivo nas Escolas Superiores de Enfermagem não integradas, com 411 (45,5%) docentes, ainda que estas representem 9 (23%) do universo dos estabelecimentos de ensino no país.

Verifica-se uma assimetria nacional na distribuição docente por estabelecimento de ensino. Podem justificar esta evidência, que carece de um estudo mais aprofundado, o facto de algumas escolas dependerem maioritariamente de docentes a tempo parcial, a relação oferta/procura e a reconfiguração escolar com mecanismos de transmissão, integração e fusão de escolas.

No que diz respeito à categoria profissional, o corpo docente do país é constituído maioritariamente por Professores Adjuntos com 517 (57,2%), seguido de 231 (26,6%) Professores Coordenadores e, por fim, com 155 (17,2%) Assistentes.

O grau académico com maior representação é o grau de Mestre com 627 (69,4%), seguido do grau académico de Doutor com 131 (14,4%) e de 144 (15,9%) Licenciados em Enfermagem.

A estratégia utilizada pelos docentes, a nível da formação avançada, e no que diz respeito à área científica optada para o Doutoramento, surge com um grande equilíbrio entre as Ciências da Saúde e da Enfermagem com 55 (42%), as Ciências Sociais e Humanas com 54 (41,2%), assumindo as Ciências da Educação uma menor opção com 21 (16%) doutores.

No que concerne à área científica, nos Cursos de Mestrado, a preferência parece ser marcadamente pelas Ciências da Saúde e da Enfermagem com 363 (57,0%) e pelas Ciências Sociais e Humanas com 160 (25,5%), assumindo as Ciências da Educação uma menor opção com 101 (16,1%).

Em síntese: podemos referir que existe uma distribuição docente assimétrica pelas três tipologias de estabelecimentos de ensino do país, na actualidade, resultante do fenómeno de reconfiguração escolar. Ainda que mantendo a natureza politécnica, para além dos institutos politécnicos, a distribuição docente acontece com maior expressão em Escolas não integradas. Os resultados referentes à categoria profissional e grau académico estão longe do ideal. Por outro lado, a estratégia de formação avançada dos docentes, na opção pela área científica dos cursos conferentes de grau, parece resultar de uma construção individual da formação com repercussão no grupo profissional.

## 6. Bibliografia

1. Dubar, C. A Socialização Construção das Identidades Sociais e Profissionais. Porto: Porto Editora; 1997.
2. Dubar, C. Tripier, P. Sociologie des Professions. Paris : Armand Colin; 1998.
3. Friedberg, E. O poder e a regra. Lisboa: Instituto Piaget; 1995.
4. Freidson, E. Professionalism. The Third Logic. Cambridge: Polity Press; 2001.
5. Lallement, M. Sociologie des relations professionnelles. Paris : La Découverte ; 2008.
6. MacDonald, K. M. The Sociology of Professions. Londres : Sage; 1995.
7. Rodrigues, M. L. Sociologia das Profissões. 2ª edição. Oeiras: Celta; 2001.
8. Menger, P. Les Professions et leurs Sociologies, Modèles Théoriques, catégorisations, Évolutions. Paris : Éditions de la maison des Sciences de L'homme; 2003.
9. Bogdan, R., Biklen, S. Investigação qualitativa em educação uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora; 1994.
10. Tuckman, B.W. Manual de Investigação em Educação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 2002.
11. Afonso, N. Investigação Naturalista em Educação. Um Guia prático e crítico. Lisboa: Edições ASA; 2005.
12. Direcção Geral do Ensino Superior Oferta Formativa/Cursos Conferentes de grau. [Em linha] [consult Agosto 2010]. Disponível em <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/OfertaFormativa/CursosConferentesDeGrau/Cursos+Conferentes+de+Grau.htm>.
13. Ministério da Ciência Tecnologia do Ensino Superior Rebides. [Em linha] [consult Agosto 2010]. Disponível em <http://www.rebides.oces.mctes.pt/rebides09/>.
14. Soares, M. I. Da Blusa de Brim à Touca Branca. Lisboa: Educa; 1997.
15. Nunes, L. Um olhar sobre o ombro. Enfermagem em Portugal (1881-1998). Loures: Lusociência; 2003.
16. Carapineiro, G. Saberes e Poderes no Hospital, uma sociologia dos serviços hospitalares. Porto: Edições Afrontamento; 1998.
17. Amendoeira, J. Uma Biografia Partilhada da Enfermagem. Coimbra: Formasau; 2006.

18. Amendoeira, J. Profissões e Estado: O Conhecimento Profissional em Enfermagem; In: Lima, J. Á. (org.). Políticas Públicas e conhecimento Profissional – a Educação e a Enfermagem em reestruturação. Livbsic; 2008. pp. 209-40.
19. Amendoeira, J. Ensino de Enfermagem Perspectivas de Desenvolvimento. Revista Pensar Enfermagem 2009 13; N.º 1: pp. 2 -12.
20. Vieira, M. Ser Enfermeiro. Da Compaixão à Proficiência. Lisboa: Universidade Católica Editora; 2007.
21. Mestrinho, M. G. As Mudanças no Ensino de Enfermagem: Em Busca de uma Ideologia do Profissionalismo Docente. In Rodrigues, Angela Et.all (Org) Ciclo de Colóquios. Processos de Formação na e para a Prática de Cuidados. Lisboa: Lusociência; 2007.
22. Oliveira, M. L. M. O Desafio à Formação de Professores de Enfermagem – Um contributo para a mudança das práticas. [dissertação]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia; 2006.